

O estudo detalhado do verbo “ser” tem sido de muito valor para os comentadores de filosofia antiga e tem colaborado para o esclarecimento de uma série de questões de caráter tanto textual quanto filosófico. Como sabemos, o verbo “ser” e seus derivados possuem papel fundamental na construção do vocabulário filosófico e, particularmente, a importância dada aos seus derivados nominais nos textos clássicos da filosofia torna necessário o desenvolvimento de uma teoria geral para compreensão das ocorrências deste verbo. Somente devidamente amparados por uma teoria lingüística adequada, os comentadores de filosofia antiga podem compreender o emprego destes termos em textos clássicos, assim como as implicações filosóficas decorrentes. Neste capítulo, o estudo destas particularidades da língua grega tem como objetivo a compreensão dos valores pré-filosóficos presentes no verbo que deu origem à palavra “ontologia”. Nossa intenção é apresentar algumas das teorias mais recentes com relação ao uso do verbo grego εἶναι para, desta maneira, fornecer as bases para o estudo dos textos de Parmênides e Platão que serão abordados nos capítulos seguintes.

Se passarmos em revista toda a história da filosofia, muito dificilmente encontraremos uma palavra que tenha alcançado tanta importância quanto “ser”. O conceito de Ser surge junto com a própria filosofia e vem recebendo singular atenção até os dias de hoje, vide a importância do conceito de “ser-aí”, *Dasein*, de Heidegger. No entanto, é inegável que a tradição analítica surgida a partir dos desenvolvimentos da lógica moderna vê este conceito com desconfiança. A principal crítica desferida contra o conceito de Ser baseia-se na alegação de que este conceito foi forjado a partir da confusão entre os vários usos do verbo “ser” que a lógica distingue, mas que os filósofos foram incapazes de distinguir. Dentre estes usos distintos do verbo, dois tornaram-se amplamente reconhecidos por parte dos lingüistas e gramáticos, figurando como os principais usos do verbo “ser”. São eles o uso predicativo e o uso existencial. O uso predicativo representa o verbo na sua forma incompleta (X é Y). Nesta forma, o verbo “ser” é

tradicionalmente compreendido como uma cópula, isto é: como artifício formal empregado para relacionar dois conceitos, sem acréscimo algum no significado da sentença. Assim, quando usado em sentenças do tipo “João é alto”, o verbo “ser” não apresentaria conteúdo semântico independente, servindo apenas para afirmar que o predicado “alto” aplica-se ao sujeito da predicação. No uso existencial, contudo, o verbo possuiria significado específico. Sendo apresentado na forma absoluta ou completa (X é), sem complemento para o verbo, o verbo “ser” atribui existência a um indivíduo, objeto ou conceito.

O reconhecimento desta distinção entre usos do verbo “ser”, tornou-se a base para a análise lingüística deste verbo. O vocabulário existencial e copulativo remonta, ao menos, aos lógicos da Idade Média¹. Já o uso destes termos em parêntese, encontra-se em Hermann que, em 1801, propôs uma diferenciação no emprego do acento no verbo grego segundo a função do verbo na frase. (cf:HINTIKKA,2006) No entanto, esta distinção, assim como a atribuição da falta de seu reconhecimento por parte dos filósofos, tornou-se usual a partir de John Stuart Mill que sustentou que “muitos volumes poderiam ser preenchidos com as frívolas especulações referentes à natureza do “ser” ..., que surgiram do fato de se ter passado por cima deste duplo sentido do verbo *ser*” (Logic I, iv, i *apud*: KAHN,1997) O que parece ser novo na distinção de Mill é a afirmação do paralelismo entre construção completa e sentido existencial, por um lado, e construção incompleta e cópula, por outro lado. Além disso, Mill é, provavelmente, o primeiro a tratar estas diferenças de usos como *ambigüidades* do verbo “ser” que contaminaram a reflexão filosófica. Há uma diferença entre uma palavra possuir vários sentidos e uma palavra ser ambígua. Quando dizemos: “Sebastião é primo de João” e “2 é um número primo”, estamos fazendo dois usos não ambíguos de uma mesma palavra, estes usos são perfeitamente distintos devido à função da palavra “primo” em cada contexto. Atribuir ambigüidade, no entanto, implica a existência de casos onde o sentido do termo não pode ser estabelecido com precisão, mesmo com a ajuda do contexto de enunciação.

A partir da distinção sintática entre o uso absoluto e o uso predicativo do verbo, Mill propôs um paralelo semântico. Segundo ele, *sempre* que o verbo

¹ Abelardo parece ter introduzido a terminologia para cópula. Já a terminologia para existência é formulada, provavelmente, pela primeira vez no *esse existentiae* de Duns Scotus. (cf:KAHN,1997c)

estivesse em uma construção absoluta (*X é*) seu significado seria *existir e sempre* que o verbo estivesse em uma construção predicativa (*X é Y*) seu valor seria o de uma cópula destituída de significado. Tal dicotomia tornou-se clássica e sua influência pode ser notada tanto nas gramáticas descritivas da língua grega, quanto nos comentários das obras dos filósofos antigos. O caso mais claro desta influência está na teoria lingüística segundo a qual o indo-europeu não possuía um verbo para função copulativa originalmente e o sentido existencial era o único significado do verbo “ser”. Segundo esta teoria, a função copulativa surge da exigência formal de que toda oração deve possuir um verbo finito².

A partir das descobertas introduzidas por Charles H. Kahn, esta dicotomia foi questionada e o estudo do verbo “ser” grego tornou-se imensamente mais complexo. Alternando entre descobertas filológicas e implicações filosóficas, Kahn propôs uma nova linha de interpretação para o estudo do verbo “ser”. Sua compreensão das funções exercidas por este verbo, além de extrapolar os limites da dicotomia de Mill, incorporava conceitos novos da lingüística como a teoria transformacional de Zellig Harris e as gramáticas gerativas de Chomsky. Kahn critica a dicotomia de Mill tanto no âmbito sintático quanto semântico, formulando uma nova teoria para compreensão dos usos do verbo εἶναι em textos antigos.

Helenistas consagrados como Cornford, Burnet, Gomperz e Campbell interpretaram os textos de Platão, Aristóteles, Parmênides e todos os outros pensadores clássicos com base na teoria tradicional construída a partir da dicotomia de Mill. Isto os levou a vários problemas de análise sintática, assim como, algumas interpretações bastante criticáveis. É até mesmo impressionante como estes estudiosos conseguiram entender textos tão difíceis com base em uma teoria tão simplificadora com relação aos usos do verbo “ser”.

Toda a teoria proposta por Kahn para a compreensão do verbo “ser” grego possui valor filosófico. Contudo, alguns valores do verbo, explicitados em sua teoria, mostram-se fundamentais para o entendimento da construção do vocabulário filosófico. Destacaremos aqui os aspectos que consideramos mais importantes para uma compreensão adequada dos textos clássicos da filosofia que

² Tal teoria é defendida, por exemplo, por Meillet e adotada por grande parte dos lingüistas da primeira metade do século XX. (cf.:KAHN & VERHAAR, 1997)

possuem discussões acerca dos termos “o que é”, “o ser”, “o não ser” e que, posteriormente, foram agrupados sob o nome de “ontologia grega”.

2.1 O ASPECTO VERITATIVO

A ampla pesquisa realizada por Kahn e outros filólogos, com base em textos gregos antigos, registrou a ocorrência de um grande número de casos onde o valor do verbo “ser” está ligado à noção de verdade dos fatos ou de proposições. Expressões idiomáticas pré-filosóficas, como o uso cristalizado do particípio no dativo “ t^{\wedge} onti”, existente no dialeto ático para dizer “verdadeiramente, realmente”, são bastante comuns em grego antigo. O uso destas expressões já era bastante documentado, a edição de 1888 do Liddell & Scott’s registra as ocorrências de “ser” em oposição à “parecer”, citando “ $to\eta\ \epsilon\phi\eta\tau\alpha\ \iota\ \omicron\gamma\eta\eta$ ”, (*a verdadeira história*) de Heródoto, além da expressão no dativo do particípio. Só em Heródoto, o léxico de Powell (POWELL,1977) lista dez ocorrências da expressão idiomática. Como por exemplo, quando Crésos pergunta a Sólon quem é o mais feliz dos mortais e o sábio ateniense “usando da verdade” ($\tau\tilde{\omega}\ \epsilon\acute{\omicron}\nu\tau\iota\ \chi\rho\eta\sigma\acute{\alpha}\mu\epsilon\nu\omicron\varsigma$) responde: Telos de Atenas³ Nos diálogos de Platão encontra-se, abundantemente, o uso do verbo finito como forma de assentimento em “ $\epsilon\sigma\tau\iota\ \tau\alpha\upsilon\tau\alpha$ ” (estas coisas são assim). No entanto, a teoria tradicional não privilegiava estas expressões em seu esquema conceitual. Antes disto, tendia a compreender expressões semelhantes a estas como ocorrências de um uso existencial. Esta predileção pelo existencial tem sua origem no paralelo sintático-semântico proposto por Mill. Como as expressões “ $to/\ \epsilon\beta\eta$ ” de Parmênides e “ $to/\ \omicron\eta$ ” em Platão apresentam o verbo em uma construção absoluta, seguindo o paralelo de Mill, impõe-se o sentido existencial. Entretanto, a tradução destas expressões por “o existente”, ou “o que existe”, apesar de representar a posição de grandes helenistas do século passado, mostra-se como a fonte de uma série de problemas de interpretação.

³ Σόλων δὲ οὐδὲν ὑποθεύσας, ἀλλὰ τῷ ἑόντι χρησάμενος, λέγει·
»Ω βασιλεῦ, Τέλλων Ἀθηναῖον.» (Heródoto 1 30.15)

Uma breve reflexão nos leva a constatação de que este uso veritativo do verbo “ser” é comum também em português. O mais claro exemplo surge quando, usando uma construção na forma absoluta e com sujeito subentendido, perguntamos “é ou não é?” para que alguém confirme a veracidade daquilo que estamos dizendo. Em grego, os casos paradigmáticos, e desde sempre conhecidos, também aparecem na forma absoluta, isto é: sem complemento para o verbo. Contudo, um uso enfático do verbo “ser” em uma predicação pode ressaltar o aspecto veritativo do verbo, ressaltando a pretensão de verdade da sentença. Este é o caso do exemplo oferecido por Aristóteles no capítulo D da *Metafísica*. Neste capítulo, Aristóteles expõe os sentidos que algumas palavras de seu léxico filosófico podem adquirir. No tópico referente ao “ser” ou “o que é”, το(οη, Aristóteles assinala que εἶναι e ἔστιν podem significar “é verdade” e a negação “é falso”⁴. O exemplo oferecido encontra-se na forma predicativa “Sócrates é culto”, com o verbo “ser” em uma posição enfática inicial: ἔστι Σωκράτης μουσικός. Vale lembrar que o uso do verbo “ser” em uma predicação como esta não é obrigatório em grego. A sentença com o verbo “ser” omitido: Σωκράτης μουσικός é perfeitamente possível e receberia a mesma tradução. Portanto, pelo que diz Aristóteles, se fazemos uso do verbo, destacando-o, estamos ressaltando a certeza que temos na verdade do que é dito. A estreita relação entre o aspecto veritativo e o uso predicativo é sugerida, de forma patente, pela pretensão de verdade contida em toda predicação no indicativo, desde que a predicação não esteja em uma disjunção ou em uma condicional, quando a pretensão de verdade das partes de uma proposição passa a estar em função da pretensão de verdade da proposição como um todo.

Esta estreita relação entre o sentido veritativo e a forma predicativa é bastante ressaltada por Kahn. De fato, Kahn reconhece como um dos dados mais importantes para a postulação de um sentido veritativo para o verbo “ser”, a constatação de que as construções na forma absoluta do verbo (X é) possuem, na imensa maioria das vezes, sujeitos proposicionais. Isto é, o X (em X é) representa uma proposição completa (do tipo a é F) e não um objeto como sugere uma leitura existencial, afinal, nós atribuímos existência a indivíduos e não a fatos ou

⁴ ἔτι τὸ εἶναι σημαίνει καὶ τὸ ἔστιν ὅτι ἀληθές, τὸ δὲ μὴ εἶναι ὅτι οὐκ ἀληθές ἀλλὰ ψεῦδος, (Met 1017 a.31)

proposições. Em português, quando pronunciamos a pergunta “é ou não é?”, estamos omitindo o sujeito da proposição, entretanto, é facilmente constatável que se trata de um sujeito na forma proposicional. Neste uso inegavelmente veritativo do verbo, o que queremos saber é se acaso o conteúdo de uma alegação “é ou não é” verdadeiro. Ora, este conteúdo é necessariamente proposicional, pois verdade e falsidade são aplicáveis a proposições e não a indivíduos ou objetos. Quando dizemos que alguém ou algum objeto é falso, estamos querendo dizer que ele não é confiável, porque pode nos levar ao engano, ou não é o que parece, porque não possui todas as propriedades que um verdadeiro objeto deste tipo deveria possuir. Em todo caso, novamente, somos levados a considerar um conteúdo proposicional, mesmo que este conteúdo esteja subentendido. Isto significa que, mesmo quando usado em uma construção absoluta, o uso veritativo do verbo “ser” possui uma predicação a ele relacionada. Kahn vai além, ao afirmar que a função básica e primordial do verbo “ser” é a função copulativa e que, até mesmo o sentido veritativo, deriva do uso do verbo na forma predicativa.

Kahn propõe uma completa mudança de perspectiva ao propor que este aspecto veritativo, e a forma predicativa a ele vinculada, devam ser tomados como fundamentais. Isto porque, anteriormente, a construção absoluta e o aspecto existencial eram tomados como primordiais, e o uso do verbo finito na forma predicativa era visto como um mero respeito à norma. O sentido existencial representava, a bem dizer, o único sentido do verbo, tendo em vista que o verbo não possui significado em seu uso copulativo, servindo apenas para relacionar dois conceitos (sujeito e predicativo).

Pesquisas realizadas por lingüistas mostraram que o aspecto veritativo está presente não só no verbo grego como também na própria raiz **es* do indo-europeu. Expressões similares são encontradas em grande parte das línguas indo-européias. Da mesma forma, o uso copulativo do verbo “ser” é expressivamente predominante em textos antigos. Em Homero, por exemplo, representa oitenta por cento dos usos do verbo. (KAHN1997:47) A teoria lingüística tradicional segundo a qual o uso existencial surgiu primeiro e a cópula foi introduzida posteriormente para veicular certas informações ligadas ao verbo (como tempo, pessoa, modo), ou mesmo para respeitar a regra de que toda frase deve possuir um verbo, mostra-se falsa. Sua veracidade depende da idéia, aparentemente absurda, de uma língua indo-européia sem verbo copulativo.

A introdução destas inovações na compreensão dos usos do verbo “ser” grego tem sido de enorme valor para os exegetas de textos filosóficos. A partir de então, foram revistos fragmentos e passagens onde a antiga análise do verbo, simplificada pela dicotomia de Mill, não mais servia como suporte para interpretação. Como exemplo, temos a famosa frase de abertura da obra de Protágoras “*Sobre a verdade*”:

“*O homem é a medida de todas as coisas, do que é, que é, do que não é, que não é.*”

ἄπαντων χρημάτων μέτρον ἐστὶν ἄνθρωπος, τῶν μὲν ὄντων ὡς ἔστιν, τῶν δὲ οὐκ ὄντων ὡς οὐκ ἔστιν’.

A interpretação tradicional, que inclui grandes helenistas como Burnet, Zeller, Gomperz e Campbell, atribui um sentido existencial para estes usos do verbo⁵, devido a sua ocorrência na forma absoluta. A interpretação que atribui valor veritativo ao verbo e o traduz como *ser o caso, ser o fato* mostra-se, no entanto, muito mais persuasiva. A leitura do fragmento como: “*o homem é a medida de todas as coisas, do que é (o caso) que é (o caso) do que não é (o caso)...*”, além de tornar o fragmento mais adequado à frase de abertura de uma obra intitulada *Sobre a verdade*, faz com que o fragmento expresse corretamente a teoria de Protágoras, na qual os homens são a medida da verdade de todos os fatos, ou fatos alegados, e não só de questões de existência.

Outro argumento para a leitura veritativa do fragmento é que tal leitura torna perfeitamente natural a explicação dada por Platão, no *Teeteto*, a este *dictum*: “como cada coisa parece para mim, tal é para mim, como parece para ti, tal é para ti”.⁶ É digno de nota que, para explicar o *dictum* onde o verbo aparece na forma absoluta, Platão faz uso de uma construção predicativa.

O aspecto veritativo, em conjunto com a construção predicativa, torna-se ainda mais relevante quando percebemos que, de um ponto de vista antes lógico que cronológico, os outros usos do verbo podem ser derivados deste sentido central. De um ponto de vista sintático, o aspecto veritativo engloba ambos os pólos da distinção entre: uso absoluto (X é) e incompleto (X é Y). Isto é

⁵ Salvo, é claro, a primeira ocorrência, na qual o verbo apresenta um uso predicativo.

⁶ ὡς οἷα μὲν ἕκαστα ἐμοὶ φαίνεται, τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί, οἷα δὲ σοί, τοιαῦτα δὲ αὖ σοί. (Theaet. 151E)

comprovado pelo fato de que, apesar de normalmente expresso em uma construção absoluta, o uso veritativo implica um sujeito proposicional obliterado que, caso estivesse explícito, seria apresentado na forma predicativa. Além disso, o uso veritativo tem seu significado conceitualmente relacionado com a forma predicativa e a pretensão de verdade contida em toda predicação.

Do ponto de vista semântico, os outros usos do verbo podem facilmente ser derivados deste uso primordial. O uso existencial pode ser derivado a partir de uma ênfase no sujeito da predicação, como na leitura consagrada pela lógica dos predicados: existe *a*, tal que *F* de *a*. Aqui, o existencial poderia ser omitido sem prejuízo: considere a diferença entre “João anda” e “João existe e João anda”. Uma ênfase no sujeito, contudo, levaria a noção de que, se alguma proposição é verdadeira sobre este sujeito, então, este sujeito existe. Um predicativo enfático também pode ser usado para expressar “identidade⁷” que pode ser entendida como um caso especial de predicação, a saber: o caso em que todos os atributos pertencentes àquilo que está antes do verbo também pertencem àquilo que está após o verbo.

Há, ainda, outro fato gramatical que se relaciona com o uso veritativo e que parece ter influenciado o surgimento do vocabulário filosófico grego. Como sabemos, os verbos gregos possuem até três radicais distintos: um para o perfeito e mais-que-perfeito, outro para o aoristo e outro para o presente e o pretérito-imperfeito. A mudança de radical representa, no âmbito semântico, uma mudança aspectual no emprego do verbo. Cada radical representa um ponto de vista a partir do qual a ação ou estado é considerado. Assim, o radical do presente-imperfeito representa a ação como durativa ou inacabada, uma ação que se desenvolve no tempo ou um estado que dura. O radical do aoristo, em contraste com o radical presente, representa a ação como pontual, isto é sem duração no tempo, ou mesmo a pura ação sem consideração temporal (como no aoristo gnômico). O radical do perfeito representa uma ação completa ou o resultado presente de uma ação passada, como o estado alcançado ao término da ação. (cf:SMYTH,1984:412) A maioria dos verbos gregos possuem todos os três radicais. No entanto, alguns verbos, devido ao seu valor semântico, podem não possuir alguns destes radicais.

⁷ Outro dos sentidos básicos do verbo “ser”. Este sentido foi reconhecido e destacado por Frege e Russell que, aparentemente, também aderem à tese de que a falta destas distinções levou a tradição metafísica a enganos e argumentos falaciosos.

Este é o caso do verbo εἶναι que só possui o radical presente-imperfeito, aquele que representa a ação como durativa, persistindo no tempo. Todos os tempos do verbo “ser” grego (presente, imperfeito e futuro) derivam deste mesmo radical. Isto oferece uma carga semântica ligada à noção de duração e estabilidade ao verbo “ser”. No português, esta noção de estabilidade é ressaltada, sobretudo, no contraste entre “ser-estar”. Entretanto, o nosso verbo “ser” somou formas derivadas de outro radical (*fui, futurum*) ao radical *esse*. Assim, mantemos as formas do radical durativo nos tempos presente, e pretérito-imperfeito (é, era), exatamente como no grego, mas acrescentamos as formas do perfeito e mais-que-perfeito (foi, fora) para completar a lacuna deixada pela ausência deste radical no sistema do *esse*.⁸ Como resultado, enfraquecemos o aspecto durativo presente no verbo em grego que, diga-se de passagem, mantém-se no grego moderno.

Bem, qual relação este fato morfo-semântico possui com a formação do vocabulário filosófico? Em primeiro lugar, se lembrarmos que a busca por um princípio eterno e imutável permeia o texto de todos os pré-socráticos, poderemos ver o quão importante esta noção de eternidade duradoura e estável é para o surgimento da filosofia. A busca por uma ἀρχή/ eterna e imutável está presente desde o ἄπειρον de Anaximandro e tem sua mais explícita formulação em Parmênides. O ser (εἶναι) de Parmênides é tanto não gerado (ἀγενῆτον) quanto não perecível (ἀθωμῆτον). Eternamente durável e sendo desde sempre o mesmo, este conceito supera o paradigma grego de duração representado pelos deuses. Afinal, apesar de imortais, os deuses tiveram um surgimento, como conta a *Teogonia*. Esta ênfase na estabilidade e eternidade surge ao Parmênides contrastar εἶναι com γίγνεται, o verbo que fornece um aoristo para εἶναι e que é normalmente traduzido por “tornar-se”. Este verbo tem seu sentido ligado à noção de atingir um novo estado, ao nascimento de alguma coisa ou ao surgimento de um novo evento. Neste contraste, o verbo εἶναι carrega a noção de estabilidade duradoura em oposição ao surgimento e a mudança. Ora, qualquer um que tenha passado por uma aula de introdução à filosofia sabe o quão caras são as noções de verdade atemporal e estabilidade para filósofos como Platão, Parmênides e Aristóteles.

⁸ Além disso, acrescentamos as formas derivadas de *sedere* que, em latim, significa sentar-se, estar sentado e que também possui um caráter de permanência em oposição aos verbos de

2.2 A QUESTÃO DO SENTIDO EXISTENCIAL

Outra tese igualmente inovadora desenvolvida por Kahn, relaciona-se com importantes questões filosóficas e tem sido matéria de debate entre os comentadores de textos da tradição grega. Trata-se da teoria segundo a qual o conceito de existência, tal como nós o compreendemos, não emerge como um tópico distinto nas discussões dos filósofos gregos da antiguidade.

Para compreendermos esta afirmação devemos, primeiramente, esclarecer o que entendemos por “o conceito de existência tal como nós compreendemos”. Sem entrarmos no confuso tema acerca do conteúdo preciso da palavra “existência”, podemos entender por “existência”, a idéia expressa por sentenças do tipo “Será que existem fantasmas?”, “Papai Noel não existe.”, “Existe vida em Marte!”. Trata-se da noção, muito básica e talvez por isso difícil de definir, de afirmar ou negar que alguém ou algum objeto é real, efetivamente existente. Esta noção está claramente presente na dúvida cartesiana acerca da existência do mundo exterior, assim como na certeza do *Cogito ergo sum* “Penso, logo existo”. Pois é exatamente este tipo de existencial puro, que simplesmente afirma ou nega a existência de algum termo (singular ou geral), que Kahn afirma ser um desenvolvimento tardio, ausente dos textos mais antigos da tradição grega. Está afirmação está de acordo com os resultados de sua pesquisa com relação aos usos do verbo “ser” e com sua caracterização do aspecto veritativo como primordial para compreensão dos usos deste verbo.

Afirmar que o conceito de existência não possuía papel preponderante no pensamento grego não significa dizer que os gregos não possuíam uma maneira de expressar existência, que não podiam perguntar se existem deuses ou unicórnios. A questão é que, nos textos mais antigos, e isso inclui figuras como Homero, Heródoto e muito provavelmente Parmênides, não aparece este tipo de “existencial puro”. “Os existenciais puros mais antigos são da época dos sofistas e eles quase sempre dizem respeito à existência de deuses.” (KAHN, 1997:179) O primeiro caso indubitável de existencial “puro” encontra-se, provavelmente, em

Protágoras. Segundo Diógenes Laércio, Protágoras afirmava não ter conhecimento acerca dos deuses, se existem ou não (εἶσιν, οὐκ εἶσιν), ou que aspecto têm.⁹ Segundo Kahn, este tipo de existencial, sem nenhuma referência explícita a um contexto predicativo, não pode ser encontrado em Homero e suas primeiras aparições encontram-se em especulações sofisticadas da segunda metade do século V. (KAHN,1997:179)

Os casos de existenciais que aparecem em Homero e Heródoto, no entanto, estão ligados a contextos predicativos onde a afirmação da existência de um sujeito é complementada por uma predicação acerca deste sujeito. Estes casos são apresentados em algumas poucas formas definidas. A primeira delas trata-se de uma sentença sem sujeito explícito, complementada por uma oração relativa: “Há alguém que faz tal e tal coisa, Não há alguém que ...” (οὐκ) εἶσθι οἱ τίς + oração relativa’. Kahn conta apenas 4 usos deste tipo entre os 562 usos do verbo “ser” nos doze primeiros livros da *Ilíada*. Neste uso mais antigo, aquilo que tendemos a considerar como um existencial, tem como objetivo, não afirmar ou negar a existência de alguma coisa *simpliciter*, mas apresentar um sujeito para uma predicação posterior. Desta forma, este tipo de existencial está subordinado ao contexto de uma predicação, como em “Há alguém *que me traiu*” ou “Não há alguém *que possa lutar contra os deuses*”. Note que o existencial, nestes casos, é quase supérfluo podendo ser substituído por um sujeito indefinido, como em “Alguém me traiu”.

Este tipo de existencial ligado, submetido a um contexto predicativo, está em evidente analogia com a fórmula atualmente empregada $\exists(a)Fa$, “existe um a tal que: F de a ”. Nesta fórmula, a afirmação da existência de a aparece como uma parte de uma predicação completa onde algo é afirmado acerca deste a . Dificilmente faria sentido afirmar a existência de a sem a atribuição de alguma propriedade.

Há ainda um outro uso do verbo “ser”, expressivamente mais comum nos textos mais antigos, que tenderíamos a considerar como um uso existencial. Trata-se de casos como:

⁹ περὶ μὲν θεῶν οὐκ ἔχω εἰδέναι, οὔθ' ὡς εἶσιν οὔθ' ὡς οὐκ εἶσιν οὔθ' ὅποιοί τινες ἰδέαν (frag.4)

(a) “Há uma cidade Éfiro (ἔστι πόλις Ἐφύρη), em um recanto de Argos, nutridora de cavalos.”

<ἔστι πόλις Ἐφύρη μυχῶ Ἄργεος ἵπποβότοιο>(Ilíada VI, 152)

(b) “Há um certo Sócrates, (ἔστιν τις Σωκράτης) um homem sábio (...) que torna mais forte o argumento mais fraco.”

< ἔστιν τις Σωκράτης σοφὸς ἀνὴρ, (...) καὶ τὸν ἦττω λόγον κρείττω ποιῶν.> (Apo. 18b6)

Nestes exemplos, vemos o verbo “ser” servindo, novamente, para afirmar a existência de alguém ou alguma coisa da qual (de quem) afirmaremos algo. O verbo “ser” colocado na posição enfática inicial, como nestes casos, serve para atrair a atenção para o sujeito da frase, um provável motivo para isto é o fato de que o verbo indo-europeu concorda (em número e gênero) com o sujeito da oração. Assim, ao empregar o verbo “ser” no princípio da oração estamos enfatizando o sujeito para deixarmos claro que a função proposicional que se segue (*x* é um homem sábio que torna o argumento mais fraco ...) é, de fato, satisfeita por este sujeito.

Estes usos, no entanto, diferem do tipo acima (Há alguém que ...). Apesar de casos como “Não há alguém que possa lutar contra os deuses.” também estarem ligados a um contexto predicativo, o verbo “ser”, nestas sentenças, não está exercendo sua função primária copulativa. Já nos exemplos (a) e (b) acima, o verbo “ser”, mesmo com sua posição enfática, está claramente servindo como cópula. De fato, as traduções “Sócrates é um certo homem sábio que...” e “Éfiro é uma cidade, em um recanto de Argos, nutridora de cavalos.” estão em perfeito acordo com a sintaxe e o sentido das frases em grego. Podemos ver, inclusive, uma relação de crescente abstração entre estas passagens. Em (a) encontramos uma cópula locativa, isto é: o verbo “ser” liga o sujeito a uma expressão de lugar, servindo não só para ressaltar o sujeito, mas, também, o adjunto adnominal de lugar a ele vinculado: Há uma cidade *lá*, num recanto de Argos (...) Nestes casos, o verbo “ser” apresenta tanto o sujeito quanto o ponto de referência local para a narrativa que se segue. Kahn afirma que estes usos com cópula locativa são maioria, se comparados com os casos do tipo (b) onde não há referência locativa.

(KAHN,1997:171). Ora, podemos facilmente conceber o surgimento de frases do tipo (b) a partir de frases do tipo (a). Frases do tipo (b) são frases do tipo (a) onde o adjunto adnominal de lugar foi omitido. De maneira semelhante, podemos conceber que frases do tipo “Há alguém que me traiu” surgem a partir da abstração de frases do tipo “Há um certo Sócrates, em Atenas, que me traiu”. “Há alguém que me traiu.” pode ser encarada como uma construção surgida a partir de frases do tipo (a) com a omissão do sujeito (sujeito indefinido), e a omissão do lugar onde está este sujeito: “Existe alguém (eu não sei quem, nem onde) que me traiu.”

Se seguirmos nesta linha de raciocínio, veremos que existenciais puros do tipo “Não existem deuses” surgem como afirmando ou negando um sujeito para uma predicação, como nos casos acima, porém uma predicação omitida devido a sua generalidade. Assim, sentenças do tipo “Não existem deuses” são obtidas a partir de sentenças como “Não existem deuses que são imortais e habitam o Olimpo.” A supressão da oração relativa nos existenciais puros leva a um grau de generalidade onde o sujeito é apresentado ou negado para toda predicação posterior, não especificada.

Apesar de Kahn não oferecer este tipo de derivação de uma sentença a partir de outra como uma teoria em lingüística evolutiva, ela oferece sentido a uma série de dados objetivos por ele apresentados. Esta relação de crescente abstração do conteúdo predicativo de uma sentença onde o verbo “ser” apresente um sentido existencial (vinculado a uma expressão de lugar em (a) e totalmente generalizado nos existenciais puros), relaciona coerentemente os usos do verbo e revela uma característica dos existenciais que passou despercebida durante grande parte da história da filosofia: o fato de que “existência” não é um predicado ordinário, de primeira ordem. Caso os gregos realmente tenham percorrido conceitualmente o caminho indicado por Kahn, torna-se claro o porquê deles não terem caído no engano de considerar a existência como um predicado comum, de primeira ordem, aplicável diretamente a indivíduos e objetos, como em Santo Anselmo. A partir de Frege este engano foi completamente eliminado e o simbolismo da lógica dos predicados passou a utilizar o existencial como um operador sentencial, não como um predicado ordinário. O quantificador existencial da lógica moderna opera sobre a função proposicional a qual está vinculado. Assim, $\exists(x) Fx$, afirma que a

função proposicional F aplica-se a pelo menos uma coisa, isto é: que o conjunto das coisas que são F não é vazio. Tudo leva a crer que a noção de existência presente no pensamento grego clássico está relacionada a este tipo de existencial onde o indivíduo é somente apresentado no interior de um contexto predicativo. Portanto, Kanh defende que não podemos encontrar nos textos mais antigos da tradição filosófica uma expressão representando “um conceito unívoco de existência para um sujeito de predicação, como representando um conceito distinto do conteúdo mesmo da predicação (...) se essa ação de pôr, generalizadamente, um sujeito como ‘real’ é o que queremos dizer por existência, então estaria inclinado a negar que tal noção possa ser tomada como certa como uma base para entender o significado do verbo grego.” (KANH,1966:6)